

---

**Francismar Alex Lopes de Carvalho**

Doutorando em História pela  
Universidade de São Paulo  
e-mail: francismar@usp.br

---

RAMINELLI, Ronald.

**Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo à distância.**

São Paulo: Alameda, 2008. 312p.

---

O império colonial português compunha-se de feitorias, fortificações e vastas porções de terras espalhadas por três continentes. Realmente, administrar essas possessões distantes demandava mecanismos que reforçassem a lealdade dos vassallos, fornecessem um contínuo fluxo de informações e propiciassem a exploração e o incremento de novas potencialidades econômicas. À época do reformismo ilustrado, desde que a Universidade de Coimbra fora dotada de novos estatutos (1772), Portugal logrou formar um corpo de bacharéis especializados em filosofia natural, matemática, leis etc., agentes considerados decisivos para a centralização do império diante da crise do sistema colonial. Em *Viagens ultramarinas*, Ronald Raminelli se debruça sobre essa problemática, articulando a hipótese segundo a qual a estratégia de concessão de mercês (hábitos das Ordens Militares, cargos e privilégios), utilizada pela Coroa portuguesa desde o início da colonização, propiciou a adesão dos súditos ao projeto imperial e mesmo a cooptação dos bacharéis ilustrados, convertidos numa elite conservadora que se manifestou contrária à ruptura do pacto colonial e, quando esta ocorreu, abraçou a solução monárquica.

Cumprido, de início, atentar para a definição de império colonial português adotada por Raminelli. O autor não fica limitado à noção de império descentralizado proposta por António Manuel Hespanha, formado por núcleos políticos relativamente autônomos e relações negociadas: "para além das negociações, não se pode negar a subordinação das periferias" (p. 59). Embora existissem forças centrífugas – prossegue Raminelli, retomando Edward Shils e Jack Greene –, havia elementos centralizadores que reproduziam relações centro-periferia, como a integração comercial e – e neste aspecto o autor se concentra em seu livro – a economia da mercê (p. 19). Viabilizar um governo a distância dependia de uma rede informativa, de notícias indispensáveis sobre a situação e as potencialidades das conquistas. Devedor dos estudos de Fernanda Olival e Nuno Monteiro, Raminelli sublinha que tais teias seguiam uma lógica de reprodução das hierarquias em que o saber era negociado entre o rei e os súditos, que ofereciam os informes como dom e esperavam o retorno sob a forma de mercês; por esse meio, ao mesmo tempo, a Coroa reunia elementos para incrementar lavouras, descobrir minas e dar pujança ao comércio colonial, além de obter a adesão dos vassallos.

O primeiro capítulo foge ao período analisado no restante do livro para enfrentar o problema de como se originou o sistema de mercês e patronagem régia no império colonial português. De fato, volta aos séculos XVI e XVII. A lógica da prestação de serviços (em geral militares) e obtenção de mercês existira no mundo ibérico, mas só com a expansão marítima é que a escrita se somava cada vez mais à espada, dentre os serviços prestados. No governo filipino especialmente, consolidou-se o que J. H. Elliott chamou de *government by paper* (p. 42). Ao passo que para os espanhóis e holandeses a obtenção de informações e a busca por centralizar o império demandavam o intervencionismo estatal, através do financiamento de expedições científicas e envio de questionários, os portugueses não financiavam expedições nesse momento, e muito menos a composição de informes.

Dependiam de empreendimentos particulares para obter as notícias indispensáveis e retribuía os informantes com mercês, que os atrelavam ao projeto colonial. Formara-se uma lógica de poder que, já à época do reformismo ilustrado e da ciência iluminista, quando a Coroa passou a financiar expedições e memórias sobre a colônia, permanecia em plena atividade.

O capítulo 2 – “Inventário das conquistas” – se concentra no período de acirramento, com o Tratado de Madrid (1750), das questões de limites entre Portugal e Espanha nas colônias americanas, e esquadrinha as ações da Coroa portuguesa no sentido de financiar expedições científicas de demarcação e verificação de potencialidades econômicas. Defende o autor que as expedições enviadas às colônias nesse momento, embora preocupadas com a classificação de espécies de plantas e animais, obedeciam em última instância a interesses colonialistas relacionados à consolidação das fronteiras e incremento do comércio, tanto assim que o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro (1770-1795) era quem coordenava as expedições, não o naturalista e professor da Universidade de Coimbra, o paduano Domenico Vandelli. As viagens posteriores ao Tratado de Santo Ildefonso (1777) já contavam com egressos da Universidade reformada, e possuíam objetivos demarcatórios e de verificação dos estabelecimentos de fronteira, inspirados no Diretório dos Índios. As viagens filosóficas, no entanto, iniciadas a partir de 1783, com Alexandre Rodrigues Ferreira e sua expedição ao Brasil (1783-1792), possuíam objetivos mais amplos. Se Vandelli planejara as viagens filosóficas e fornecera-lhes as instruções técnicas, com detalhes sobre como classificar o mundo natural conforme os princípios de Lineu, a coleta de espécies e a pesquisa foram relegadas ao segundo plano em favor dos objetivos estratégicos determinados por Melo e Castro: assim, por exemplo, em 1786, o secretário de Estado negou o retorno de Rodrigues Ferreira a Lisboa para sistematizar as remessas já enviadas, e ordenou que fosse vistoriar fronteiras no Mato Grosso.

O capítulo seguinte desdobra o problema e procura explicar por que não houve um salto de qualidade na ciência em Portugal, posto que se conseguisse enviar expedições e reunir inúmeras espécies. Ora, Alexandre Rodrigues Ferreira, ao voltar para Lisboa, encontrou completamente abandonados os materiais que remetera. Duas razões são aventadas para explicar o desarrimo das pesquisas. De um lado, as viagens empenharam-se em propiciar informações para o incremento do pacto colonial: predominava uma noção de ciência aplicada segundo a qual a prioridade era a dinamização do comércio, e nesse particular, não poucos relatórios, inventários e memórias estimularam reformas. De outro, os filósofos naturais e matemáticos, além de pleitear títulos de Ordens Militares, paulatinamente foram migrando para a burocracia, assumindo cargos de grande prestígio, a exemplo de Vandelli e Rodrigues Ferreira, que se tornaram deputados da Real Junta do Comércio. Diante da crise do sistema colonial, cooptar os bacharéis imbuídos das novas idéias, atrelá-los ao aparelho de Estado e à lógica das mercês, constituíam-se em imperativos para a Coroa.

O capítulo 4 analisa a conversão de sábios em burocratas, partindo da noção de “sistema de patronagem”. Encontra-se aí, com efeito, a mesma economia da mercê cujas origens localizou Raminelli nos séculos iniciais da colonização, com a diferença de que nesse momento atuava em meio aos dilemas do nacionalismo e do colonialismo. Como oferecesse a perspectiva de obter títulos das Ordens Militares, cargos e privilégios como recompensas, a metrópole obtinha informações para incrementar o pacto colonial e coop-

tava sábios ilustrados potencialmente sediciosos, absorvendo-os "às tramas do poder central, tornando-os agentes do Estado ao invés de oponentes do sistema" (p. 136). De fato, as concessões de títulos de Ordens Militares ampliaram-se à época, a fim de manter a fidelidade dos vassalos, mas somente os títulos de cavaleiro, ao passo que as grã-cruzes e as comendas permaneceram exclusivas da cada vez mais fechada alta nobreza. Por essa razão, José Bonifácio, cuja esmerada formação propiciara-lhe o cargo de intendente-geral das minas do Reino, chegou a criticar a igreja e a nobreza, ao ver diante de si cerradas as portas de uma plena ascensão social.

No capítulo 5, são analisadas as trajetórias distintas de filósofos e magistrados, a participação em sedições e as estratégias do secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1801, 1808-1812), para cooptar os potenciais críticos do sistema. Em sua "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América" (1797), D. Rodrigo defendeu a unidade do império, através do reforço da identidade portuguesa dos súditos, da atenção à situação das minas, aos descontentamentos em relação à tributação, e aos vínculos comerciais entre as colônias e a metrópole. Operando uma análise muito semelhante à de Kenneth Maxwell, Raminelli argumenta que, nesse momento de influências revolucionárias, tratava-se de neutralizar qualquer nacionalismo cooptando os ilustrados para o projeto imperial. Através de exemplos, o autor mostra que as desconfianças recaíam mais sobre os filósofos, conhecedores das novas idéias e de procedimentos para fabricar pólvora, do que sobre os magistrados, em geral ambiciosos por ascensão social. Esse capítulo e o anterior, a meu ver, deixam claro que na economia da mercê, embora houvesse negociação, o processo determinante era a centralização do poder como estratégia imperial.

O capítulo 6 envereda pelas imagens de índios produzidas durante a viagem filosófica. O argumento central é o de que o levantamento e classificação da tecnologia indígena, a fim de atender aos interesses do incremento econômico da colônia, resultaram numa visão profundamente negativa sobre os mesmos índios, como forma de justificar a ação colonialista. Seguindo em parte Lineu e Vandelli, para quem a preocupação com a anatomia deveria ser central a quem quisesse classificar o mundo natural e os tipos de humanidade, Rodrigues Ferreira elaborou seu próprio sistema classificatório dos povos americanos. Levou em conta a anatomia mas também as "indústrias", e chegou a afirmar que os índios seriam "monstruosos por artifício e monstruosos por natureza" (p. 233). Nesse importante capítulo, Raminelli mostra que Rodrigues Ferreira estaria entre os detratores da natureza da América: "Leitor de Buffon, o naturalista Alexandre R. Ferreira procurou comprovar as teses do famoso naturalista e estabeleceu que a preguiça e indolência eram responsáveis pelo atraso da Amazônia. [...] A intervenção colonialista, portanto, era forma de integrar os americanos nos rumos da 'civilização' e estimular sua inteligência ainda embrionária" (p. 244).

O capítulo 7 analisa, a partir das memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa e de outros textos, os dilemas e perspectivas dos funcionários da Coroa sobre os vínculos comerciais entre as colônias e a metrópole, diante da crise do sistema. Nota-se tanto em Azeredo Coutinho, Vilhena e D. Rodrigo a idéia de "interdependência", de comunidade de interesses, de que todos saíam ganhando, uma vez reforçados os laços coloniais e deflagrado o desenvolvimento. Raminelli concorda com Fernando Novais a respeito de D. Rodrigo que, em sua célebre memória de 1797, ao

reforçar a idéia de "interdependência" como fundamento do império, atuava precisamente como ideólogo do colonialismo, buscando mitigar a desproporção que se acirrava entre as partes.

Não se pode negar, porém, que desde o reinado de D. Maria I, houve esforços para colocar em prática as reformas sugeridas nessas memórias econômicas. Tanto assim que, ante as críticas de Azeredo Coutinho ao estanco do sal, e de Bonifácio quanto à questão da pesca da baleia, D. Rodrigo atuou com firmeza nessas matérias em 1801. Igualmente receberam a atenção do Estado as reflexões sobre as lavouras de açúcar, a produção do tabaco, as minas de ferro, o incremento das drogas do sertão, a transplantação de plantas da Ásia, as manufaturas em Goa, Diu e Damão etc. Após 1808, permaneceram influentes as reflexões de José da Silva Lisboa e Bonifácio sobre o reino unido e a monarquia dual.

Raminelli mostra que, frente às inquietações revolucionárias, predominou entre os bacharéis ilustrados a defesa da unidade do império e de reformas que dinamizassem a economia. Buscando se conservar em altos postos do Estado e desfrutar de títulos e privilégios, os bacharéis ilustrados, convertidos em burocratas, só poderiam encarar a crise do sistema de modo conservador, rechaçando a independência e, quando ela veio, a solução monárquica expressava sem dificuldades a "sociedade de ordens" de onde retiravam seu prestígio e, em boa parte, suas rendas.

Audacioso em enfrentar as dinâmicas da administração do império colonial português, o livro de Raminelli desvela uma lógica de poder multissecular, baseadas nas mercês, capaz de se reproduzir mesmo com a modernização da sociedade portuguesa e a estabilização da ciência iluminista na Universidade. Uma das questões que o livro desperta é a de saber se essa lógica tradicional de poder teria dado ensejo ao que João Fragoso e Manolo Florentino chamam de "projeto arcaico", quer dizer, a prevalência de valores que, avessos à modernidade capitalista, conduziram à esterilização de capitais a fim de se alcançar o ideal aristocrático de vida (*O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 52). Ter-se-ia esterilizado também o saber científico em Portugal, vinculados como estavam os sábios àquela lógica de mercês? A meu ver, o livro consegue escapar à tentação de trazer uma resposta tão esquemática a esse respeito, e sugere mesmo elementos para uma visão mais aberta, ao tratar tanto da economia da mercê quanto dos esforços reformistas para dinamizar o comércio colonial. Ora, poder-se-ia pôr em dúvida que as reflexões expostas nas "memórias" dos filósofos e cientistas ilustrados, atentos às novas idéias da fisiocracia e do industrialismo, não foram *pragmaticamente* colocadas em prática, ressalvada a situação colonial? O empenho no incremento das minas, lavouras e comércio coloniais, e na obtenção da adesão dos colonos, mesmo que por mercês, não expressaria esse "esforço por harmonizar as inovações com a tradição", esse "mercantilismo ilustrado" de que fala Novais (*Aproximações*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 171)? Em vez de essencializar a ilustração luso-brasileira como expressão do arcaísmo, não seria mais profícuo ponderar que era essa a ilustração possível ao lugar e à ocasião, como sugeriu Maxwell (*Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 191)? Questões essas que Raminelli convida a pensar em seu livro, com coragem e erudição notáveis.